

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

Miguel Sopas de Melo Bandeira¹ - sopasbandeira@gmail.com
CEGOT - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território/Instituto de
Ciências Sociais da Universidade do Minho

O desígnio iluminista do cadastro territorial urbano: um exemplo de informação geográfica com finalidade fiscal-administrativa no século XVIII

Resumo

Em jeito de revisitação do projecto de investigação, que oportunamente subordinámos ao estudo em geografia urbana histórica do espaço urbano de Braga em meados do século XVIII (2000), pretendemos agora com a presente comunicação debruçar-nos mais especificamente sobre o processo das operações cadastrais em território urbano. A partir do exemplo do conceituado “Mappa das Ruas de Braga” (1750), sito no Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, e de todo o acervo patrimonial que com ele está articulado (Índices dos Prazos Urbanos do Cabido da Sé de Braga) indagaremos as razões geográficas e as susceptibilidades cartográficas que fazem deste acervo uma fonte única da reconstituição do território urbano setecentista português.

O presente espécime cadastral tem a particularidade de cruzar a informação fiscal-administrativa do património urbano do Cabido da Sé com a iconografia da maioria dos alçados das casas da cidade de Braga de meados do século XVIII, facto que, por si só, representa um avanço notável para época, no desenvolvimento deste tipo de instrumentos.

O valor do MRB acresce de importância documental por completar-se aos IPC que consubstanciam assim um efectivo *index* que tem a particularidade de permitir o cruzamento das confrontações aferidas em *varas*, *palmos*, e *meio-palmo* do edificado representado com as informações dos aforamentos. Por esta via somos também informados do potencial administrativo e fiscal do senhorio urbano em causa.

Mais do que a elucidação do modo como era então gerido e administrado o património urbano por parte de um *senhorio de Antigo Regime*, o MRB oferece-nos um manancial de potencialidades cartográficas, iconográficas e multimédia que pretextam um campo de ensaio muito interessante no domínio da cartografia histórica urbana.

Palavras-chave: cadastro, cartografia urbana, urbanismo, século XVIII, Braga

¹ CEGOT - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território/Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho – Braga – Portugal; bandeira@ics.uminho.pt; sopasbandeira@gmail.com

Abstract

From a research in historical urban geography, presented by us to the University of Coimbra, we will revisit a critical-reflexive study about operations of cadastral urban propriety. We analyze one of the most original and fascinating documents in Europe from the mid eighteenth century, which was tested in Braga - North Portugal - at the orders of the *Capitulum* of Cathedral, who then ruled a vast ecclesiastical landlord. This source cadastral - *Streets Map of Braga* - (1750), existing in manuscript District Archive of Braga, incorporates proto-cartographic reasons that allow us to evaluate the development of technical and administrative solutions and representation of urban land, essential for understanding the perception domains of the city, inquiring modes and practices of urban management, and also, naturally, to scrutinize the terms of power and control of the city space. From the design of the "houses", surveying the facades and their fiscal and administrative nature, the document allows us to test various cartographic and multimedia reconstructions of eighteenth-century city, providing a source of raw material notable for the study of urban history.

Keywords: cadastre, urban cartography, urbanism, 18th century, Braga

Uma originalidade que não desmente o seu tempo

Revisitar um documento como o *Mappa das Ruas de Braga* (MRB), isto é, uma urbivisão da cidade de Braga (NO de Portugal) reportada ao ano de 1750, é como que vislumbrar uma sugestiva animação cenográfica da época, plena de detalhes, e inspiradora de reconstituições animadas. Contudo, não julgue o leitor que se fica por aqui, já que a visão global que esta fonte também nos oferece, ainda que repartida por tranches, diga-se, sem que hajam grandes mistérios ou motivações insondáveis que o justifiquem, radica noutras finalidades bem mais diferenciadas e subtis. Muito para além do imediato daquilo que os nossos olhos possam ver, tal como o poderíamos comparar com o exemplo do hipertexto na contemporaneidade, também o MRB nos permite perscrutar outros planos, percorrer outros olhares. Desde logo por causa dessa faculdade das imagens poderem ser confrontadas com registos relativos às pessoas e aos seus usos.

De facto, o MRB não é nada mais, nada menos, do que uma expressão do rasgo do *ingenio et arte*, que tão bem se associaram à mentalidade ilustrada ocidental dos séculos XVII e XVIII, neste caso, no desígnio útil de implementar um cadastro territorial urbano. Este texto trata pois de todo o processo que constitui a aplicação do conhecimento e do esforço criativo que configura os desafios de uma cidade numa determinada época.

Tal como anteriormente, este artigo também se organiza em três andamentos distintos, que sendo, todavia, complementares, procuram acentuar a importância da cartografia e da iconografia nas primeiras operações cadastrais da época, e de que a cidade de Braga terá igualmente participado através seu ilustre exemplar. Num primeiro tempo iremos abordar a expressão do cadastro urbano, sobretudo, no contexto peninsular. Seguidamente iremos descrever as fontes históricas de que partimos, e que se reportam ao esforço de aplicação deste domínio de levantamento e registo, que é portador de uma elevada susceptibilidade cartográfica de uso privilegiadamente cadastral. Consideraremos a finalidade e a

concepção dos seus propósitos. Finalmente faremos uma contextualização da fonte principal com a época e a cidade de Braga de então, designadamente, nos planos da história da cidade e do urbanismo e discorreremos sobre alguns dos recursos que as presentes fontes de análise nos oferecem, entre os quais, os que se prendem com o domínio prospectivo da geografia histórica urbana.

O cadastro na península ibérica

O cadastro, cuja etimologia é de origem italiana (*catasto*) remete-nos para a significação de *o livro* (Torres Munõz, 1902, 1), sendo possivelmente recuável, no dizer do mesmo autor, até ao abastardamento latino do termo *capitastrum*, do período carolíngio, que quer dizer *imposto por cabeça*. Trata-se de razões suficientemente eloquentes para admitirmos a continuidade da forma e da finalidade deste domínio enquanto assunto de Estado. Contudo, o conceito moderno pelo qual entendemos cadastro, de acordo com Segura i Mas (1988, 18), pode-se dizer, “que constitui uma estatística ou inventário de toda a riqueza imóvel (terras, edifícios, etc.) de um território previamente determinado”, acrescentando, poder estar subordinado a dois tipos de motivações principais, *fiscais* ou (e) *administrativas*. Isto é, *conhecer a riqueza com o objectivo de a registar, e/ou, relativamente a um determinado território, de estimar o seu potencial económico, as insuficiências (...) a distribuição de recursos, as obras de infraestrutura, a dotação de determinados serviços básicos, etc.*, respectivamente.

As motivações cadastrais estão assim inscritas nas razões de formação e sustentação de um sentido de Estado, dividindo-se na tradição europeia em dois grandes sistemas: o *modelo latino* e o *modelo germânico*. O primeiro, que é aquele que mais nos interessa, tendo inicialmente uma *finalidade exclusivamente fiscal*, - *é o modelo menos preciso e o que apresenta um maior grau de ocultação* - pelo que na evolução que sofreu, independentemente de vir a registar a propriedade, *a titularidade da mesma adquire um carácter secundário face ao Imposto*. Neste sentido, Segura i Mas admite até que este modelo pode *não mant[er] uma correlação com o registo da propriedade, nem (...) tem necessariamente uma correspondência jurídica respeitante à titularidade da propriedade*.

Regra geral os cadastros de finalidade fiscal estão associados a estruturas de *Antigo Regime* próximos dos interesses manifestos dos grandes senhorios e proprietários, de cujos processos de levantamento enfermam de omissões, ocultações e de referências imprecisas de representação.

Se é verdade que a história do cadastro pode ir buscar muitas das suas razões às primeiras iniciativas censitárias e, também, à evolução da implementação das práticas fiscais, não sendo por isso, sobretudo, nas suas origens, tão imediatamente deslindáveis entre si, pode-se igualmente afirmar, de um modo consensual, que os fundamentos da implementação do cadastro sistemático, particularmente na Europa, estão associados à edificação do Estado moderno e aos princípios ilustrados da governação régia centralista, que têm por fim o domínio do território e das suas gentes através do controlo da informação.

Embora a história do cadastro, do modo e com o alcance com que hoje podemos apreendê-la, se tenha iniciado a partir da revolução francesa (1789), as experiências conhecidas, ainda que localizadas, particularmente em Itália², na Alemanha e, sobretudo, em França, durante o consulado mercantilista do célebre ministro Colbert, pelo que foi efectuado em Montauban (1666), denotam já, com clareza, o propósito programático e universal das suas determinações, que ocorrem em inúmeros casos na viragem dos séculos XVII para o XVIII.

Na Península Ibérica alguns dos exemplos precursores mais consistentes deste processo surgem-nos como uma consequência da guerra da sucessão em Espanha, no âmbito das políticas de centralização administrativa, tendo por fim a abolição dos foros e de outros privilégios feudais. Disso são exemplo a implementação da denominada Contribuição Directa, na Coroa de Aragão (1714); o *Catastro* de Patiño, na Catalunha (1715); e a *Talla General* em Maiorca (1717). Porém, seria o famoso *Catastro do Marquez de Ensenada*³, com o projecto de Única Contribuição na coroa de Castela e Leão, considerado “a primeira operação censal realizada pelo estado espanhol com fins e métodos genuínos de técnica estatística” (Ruiz Almansa, 1946)⁴, decorrente do Real Decreto do Rei D. Fernando VI, de Outubro de 1749⁵, que, podemos admitir, o início sistemático de um desígnio que, ainda hoje, *mutatis mutandis*, prossegue em ambos os países ibéricos, sobretudo, no nosso.

Na verdade, em Portugal, a história moderna dos prenúncios cadastrais é bem mais difusa, porque, se partimos do princípio de que os estudos neste domínio são escassos, seguramente, aqueles que existem, estão pouco divulgados, mais a mais, por dizerem, sobretudo, respeito a casos isolados.

Para indagarmos essa memória é incontornável perscrutar a evolução das principais operações censitárias do Reino; as diversas *Memórias*, que evoluíram na senda da ilustração; bem como as *Geografias* e *Corografias*, que fizeram uma expressão do intelecto de uma época. Enfim, uma busca do cadastro, diríamos, mais para detectar uma tendência evolutiva do que para fixar a sua origem.

Sobre as iniciativas que, hoje, identificaríamos sendo de índole predominantemente censitária, podemos observar uma evolução tendente à obtenção de uma consciência, mais do que necessidade, cadastral, e que está patente nas diversas obras antecedentes, que evidenciam uma crescente natureza utilitária da descrição do território. Desde os róis de Besteiros medievais, passando pelos conhecidos *numeramentos* renascentistas, das operações censitárias filipinas da primeira metade do século XVII, até à profusão de

² - de que são exemplo: o de Milão (1718); Milanês e Saboya (1738); tendo ainda sido realizados cadastros em Nápoles, Véneto, Trentino, Mântua e nos Estados Pontifícios, todos eles entre o primeiro terço e meados do século XVIII, in Bandeira, 2000, p.34

³ - por relação ao seu organizador, Zenón de Somodevilla y Bengoechea, Marquez de Ensenada (1702-1781), então *Secretario del Despacio de Hacienda*

⁴ - in, Calvo Alonso – *El Catastro de Ensenada*, p.89, *Opus cit*

⁵ - Segundo Matilla Tascón, “na primavera de 1756 as 22 províncias haviam já remetido as diligências completas e a tarefa de informação podia dar-se por acabada”, in, Calvo Alonso – *El Catastro de Ensenada*, p.94, *Opus cit*

levantamentos diversos do século XVIII, assiste-se a uma convergência evolutiva de mentalidades e atitudes, mais ou menos filantrópicas, proto-científicas e de razões de Estado, tendentes a justificar, ainda que expressamente não o mencionem, a necessidade instrumental de um cadastro.

Também com as diversas *Geografias* e *Corografias*, que então foram elaboradas, sobretudo, eclesiásticos eruditos - e que se foram libertando do quadro “regional e provincial” renascentista para passarem a valorizar a escala paroquial do século XVIII (Capela, 2003 p.17), de maior predisposição cadastral – podemos destacar o expoente máximo deste caminho, a *Corografia Portuguesa* (1708) do Padre Carvalho da Costa.

Como afirma J. V. Capela (2003, p.15), o século XVIII revela-se pelo “enorme esforço de mais profundo conhecimento do seu território, das suas gentes, dos seus costumes da sua civilização”, de que, poderíamos citar, é lúdico exemplo a *Listagem dos Fogos e Almas que há na Terra de Portugal* (1732)⁶. Esta, inscrevendo-se no plano doutrinário ilustrado de *conhecer para melhor governar*, está longe, porém, de preencher as finalidades e o alcance próprios de um cadastro. Nem mesmo o *Inquérito Paroquial* de 1758, que deu origem às *Memórias Paroquiais* do padre Luís Cardoso⁷, como afirma o mesmo autor, traduzindo “esse esforço de conhecer Portugal no seu conjunto e por inteiro”, sequer denota, como diria José M. Monteiro, a “necessidade de inventariação dos bens imóveis e dos respectivos atributos”, (Monteiro, 2006, p.2) próprios dessa velha instituição latina de governo dos povos.

Se bem que o *cadastro*, propriamente dito - no nosso caso específico, o *geométrico da propriedade rústica* - só se tenha verdadeiramente constituído no final do primeiro quartel do século XX (1926), a primeira vez que tal desígnio ganhou letra de lei exclusiva foi em 1801⁸ com o lançamento do *Cadastro Geométrico*. Este constitui, pois, “a primeira alusão conhecida na lei portuguesa ao cadastro da propriedade imobiliária”⁹, que, entre outras determinações, atribui a sua execução em cada Comarca a um *cosmógrafo*. De acordo com a mesma fonte de referências notemos que este deveria consubstanciar-se em livros. Isto é:

um livro com, cartas particulares em que figurassem e se descrevessem todas as Herdades, Quintas, Fazendas e outras bens, assim rurais como urbanos. (...) Outro livro onde se registassem os Títulos de cada um dos possuidores das respectivas propriedades (... e sempre que huma propriedade passar de hum possuidor para outro... seja o novo Possuidor obrigado a registar o seu competente Título).

⁶ - conhecido pelo *Censo do Marquez de Abrantes* (1732)

⁷ - Luís Cardoso (c.1694-1769), autor do *Diccionario Geografico...* (2 vols – Letras A-C), 1747-51/2(?). As restantes letras ter-se-ão perdido no terramoto de 1755. O mesmo a quem foi atribuído a autoria do Inquérito que deu origem às *Memórias Paroquiais* (1758), que são imputadas à ao prosseguimento das restantes letras do *Dicionário...*

⁸ - Alvará Régio de 21 de Julho de 1801

⁹ - cf. <https://woc.uc.pt/matematica/getFile.do?tipo=2&id=4984> (Universidade de Coimbra-pt), 19/IX/2011

Como é bom de constatar, o presente projecto, não teve continuidade, senão a partir de 1848¹⁰, onde, novamente por força do articulado da lei, voltamos a ficar elucidados das prioridades da governação do País nesta matéria¹¹. De facto, mais do que a ausência de efeitos práticos de uma deliberação - situação que, aliás, é prática corrente entre nós - o documento do início do século XIX tem o mérito de nos testemunhar a extensão da penetração das ideias, das doutrinas e dos objectivos perseguidos para o cadastro, durante uma fase determinante da formação do aparelho de Estado em Portugal. Almejava-se, já então, um cadastro geométrico. Isto é, um instrumento assente no princípio da confrontação, do levantamento e execução cartográfica, expressamente incidente tanto no mundo rural como urbano, dinâmico e prospectivo, subordinado a princípios de execução científicos e jurídicos sistemáticos.

No plano da susceptibilidade cadastral, o último quartel do século XVIII assiste apenas ao arranque dos primeiros trabalhos geodésicos (1788) levados a cabo por Francisco António Ciera, coadjuvado e prosseguido por um escol de conhecidos oficiais do exército, ao qual, quiçá, se poderia acrescentar mais tarde o *numeramento* de Pina Manique (1798), no reinado de D. Maria I, não versando este, porém, tamanho objectivo. Ambos ficariam aquém de servir uma finalidade fiscal ou administrativa. Isto é, de poderem ser mencionados como elementos de apoio a um verdadeiro cadastro nacional.

Saliente-se, contudo, que os fundamentos dos primeiros trabalhos de levantamento geodésico conducentes à realização de uma Carta Geográfica do Reino, como afirma Rui C. Branco, incluíam expressamente o desígnio de se articularem com uma vasta operação cadastral. Pretendia-se associar à “reforma dos ordenamentos territorial e jurídico (...) a reforma da fiscalidade, e, com esta, a ideia de combinar o levantamento topográfico com o levantamento cadastral” [pelo que] “a política de levantamento integrado entre topografia e cadastro” pressupunha “a concepção articulada entre a construção de redes geodésicas, levantamento topográfico e formação de um cadastro geométrico da propriedade” (BRANCO, 2002, p.33). Um desígnio demasiado ambicioso para as condições concretas existentes na época.

O cadastro urbano

O crescimento generalizado das cidades, tanto no número de habitantes como da extensão e densificação do espaço urbano, ocorrido ao longo do século XVIII, acentuou os problemas da vida quotidiana, relevando a importância cadastral urbana face à rústica. Para além das inúmeras operações particulares deste tipo que se podem identificar um pouco por todos os países até aqui citados, são, porém, menores os exemplos que, de algum modo, procuram fazer doutrina e, assim, através do seu

¹⁰ - Carta de Lei de 26 de Agosto de 1848, resultado dos ensinamentos obtidos pelo Conselheiro António José D'Ávila, enviado a Itália com esse fim, in <<https://woc.uc.pt/matematica/getFile.do?tipo=2&id=4984>> (Universidade de Coimbra-pt), 19/IX/2011

¹¹ - Para além da criação de uma Comissão com competências preparatórias do ponto de vista organizacional, reconhecia-se expressamente a necessidade do cadastro ir para além da sua finalidade fiscal, mas também cumprir as dimensões, cartográfica, matricial e económica

exemplo, estender-se a outras localidades, no âmbito do processo de formação do estado moderno. No seu trabalho específico sobre a “Contribuição Territorial Urbana (1716-1906)” (CTU), Mercè Tatjer Mir (1988), destaca a importância crescente da valorização da propriedade urbana face à rural, aquela que, até então, era tida como um elemento produtivo, diríamos, de *segunda ordem*, já que, residências, armazéns, comércios, oficinas, etc., “eram considerados de menor importância económica e portanto fiscal” (TATJER MIR, 1988, p.135), face o valor da fecundidade da terra.

A CTU, iniciada em 1716 durante o *Antigo Regime*, aquando do arranque do Cadastro da Catalunha, e que depois serviu de referência para outros territórios, mostra bem uma estreita relação de propósitos, que se acentuará, inclusive, mais tarde, em admirável sintonia (1752-53), com o Cadastro de Enseñada. Para lá da finalidade fiscal imediata, que é inegável, ela exprime uma preocupação pela dimensão prospectiva do património, que abarca, mais até do que a acumulação de conhecimento, um valor potencial, para assim se poder melhor avaliar os dispêndios crescentes, diríamos hoje, do ónus da sustentabilidade do *espaço público* (administração, praças/ruas, serviços públicos, obras, equipamentos, infra-estruturas, etc.).

Por seu turno, as variáveis de registo reflectem essa complexidade, por integrar: elementos físicos, como a localização, os limites, as confrontações principais, o número de pisos, o estado de conservação, os logradouros (pátios, hortas...); mas também por aportar informações de carácter intangível, dando ainda espaço aos registos de ocupação, como a propriedade, as rendas, os alugueres (já existentes nas cidades espanholas de finais de setecentos), o número do agregado familiar, a relação de parentesco e idades. Aliás, as diversas operações cadastrais da época assentavam em formulários de questões tendencialmente uniformes que, mesmo nos levantamentos mais amplos, como é o exemplo do Cadastro de Enseñada, incidiam também em elementos tipicamente urbanos, tais como, o número de habitantes, as casas, o seu estado de conservação, bem como outros tópicos adequados aos diversos tipos de inquirições, que tiveram incidência nos aglomerados urbanos escrutinados.

Contudo, o processo cadastral não evoluiu mais célere no quadro setecentista devido a duas principais ordens de limitações, “uma a ocultação do número e dos valores dos imóveis e outra pela ausência de representação gráfica” (TATJER MIR, 1988, p. 146). Daí resultando profundas condicionantes ao nível da localização precisa e expedita dos bens registados, da definição exacta das extremas, da redução dos níveis de ocultação e, sobretudo, de instrumentos precisos capazes de redimir os litígios de propriedade. Recorde-se que muitos destes conteúdos cadastrais, face à ausência de representações gráficas, eram objecto de leituras públicas à viva voz, tanto nas sedes do poder autárquico como no cerne dos lugares centrais de encontro. De facto, uma parte substancial da ineficácia operacional de muitos cadastros passou pela quase invariabilidade dos livros de registo não virem acompanhados de representação gráfica ou cartográfica. Até mesmo o exemplar Cadastro de Enseñada enferrou desta limitação. Não sem que, no caso em que tal foi vislumbrado por quem antecipou essa limitação - como aconteceu no

Reino de Granada - em que se ilustraram diversos assentamentos, estes não reflectiram o rigor da geometria, mas tão só a iconografia das construções. Não nos podemos esquecer que, embora os trabalhos de levantamento mobilizassem inúmeras levantadores, o CTU, por exemplo, foi executado por equipas de diversos ofícios, dotadas de competências artesanais e não propriamente de formação erudita ou tecnológica, executada por matemáticos ou engenheiros militares. Curiosamente a coroa tomou consciência dessa limitação e projectou um Mapa Geral para a Espanha (1751)¹², mas tal realidade precisou de mais tempo para se realizar. Obtiveram-se, então, resultados parcelares de toda a imensidão do território espanhol, e esses, os mais objectivos, foram já levados a cabo por engenheiros militares e da marinha (CAPEL, 1982).

A apetência pela necessidade de um cadastro urbano irá crescer também da necessidade de se fazer face à fragmentação da propriedade urbana e à multiplicação do número dos proprietários. A igreja, que, desde as suas múltiplas especificidades corporativas, constituía a principal proprietária urbana peninsular do Antigo Regime, sendo por isso responsável também pela maior zona de sombra do manifesto cadastral *regalista*, ao invés, por necessidade interna de administração dos seus vastos bens, virá a ser igualmente uma das principais produtoras de documentação com esta finalidade, na senda da qual, beneficiará do serviço do seu imenso escol de *letrados*. Numa primeira fase, esta reagirá às políticas centralistas da coroa, para, posteriormente, com a crise do absolutismo e a afirmação das reformas liberais, fazer valer os seus interesses e domínios face às ameaças de que foi sendo alvo.

Outro dos vectores convergentes claramente direccionados ao desígnio cadastral urbano viria a assentar na progressiva exigência que, ao nível local, passará a ser imposto ao licenciamento da edificação e das obras particulares, em geral. Será também, ao longo do século XVIII e, sobretudo, no seguinte, que irão suceder-se, com carácter normativo e universal, os articulados legais de tipo urbanístico, tendentes a regularizar os processos de urbanização¹³. Através desses processos passar-se-á a exigir a submissão de desenhos, levantados à escala, inicialmente apenas figurando a planta e o alçado, para depois se tornarem cada vez mais complexos e detalhados, tendo por fim condicionamentos de habitabilidade, coexistência, salubridade, arranjo, e outros, mas, sobretudo, servindo a base à avaliação dos rendimentos e da fiscalidade da propriedade urbana.

Enfim, certamente, por serem demasiado casuísticos e localizados, muitos destes levantamentos pioneiros ficariam aquém dos seus objectivos de exaustividade e actualização desejáveis, já que, durante todo o século XIX, o cadastro urbano, numa perspectiva sistemática e universal, continuaria ainda por cumprir.

¹² - atribuído a Jorge Juan y Antonio de Ulloa

¹³ - ex. "ordenanças de edificação" e "registros de obrería", em Barcelona, desde 1772. in Tatjer Mir, 1988, *opus cit*, p. 154

O *Mappa das Ruas de Braga* de 1750

O documento sobre o qual agora nos centramos, o *Mappa das Ruas de Braga* (MRB), de 1750, é, a todos os títulos, uma peça singular da documentalística, incontornável para os estudos sobre o cadastro territorial urbano em Portugal. De um modo imediato sobressai pela sua originalidade iconográfica, para depois se revelar como uma fonte história de referência mais ampla, útil a variados domínios, mas particularmente multi-reveladora no conhecimento da cidade setecentista em Portugal. Trata-se, pois, de uma urbisvisão da cidade de Braga, levantada e desenhada em meados do século XVIII pelo Padre Ricardo Rocha (1702-1767), um clérigo menor, por ordem do poderoso Cabido eclesiástico da Sé catedral de Braga.

Como já anteriormente o afirmámos, o MRB não é propriamente um mapa no sentido cartográfico do termo - mesmo que considerado ao nível da representação, tendo por base princípios de levantamento e de projecção geométrica, ainda que reproduzidos de um modo pouco canónico - mas antes, uma obra que procura responder a um problema específico. Esta é a grande questão que iremos procurar responder.

Do ponto de vista formal o MRB é constituído por um conjunto de *fólios* em tiras desdobradas, com 116 sequências de fiadas de alçados e demais frontarias do edificado vertente para as ruas, que foram criteriosamente desenhados e pintados pelo seu autor. Nele figuram 67 topónimos (ruas, praças/*campos* e *cangostas*), dos quais cerca de meia centena surgem integralmente representados. Não cobrindo, no entanto, o pleno do espaço urbano existente, o mesmo que, à época, acolheria uma singela população de aproximadamente 17000 habitantes (BANDEIRA, 2000). Sendo uma ilustração de praticamente de toda a cidade edificada, mais detalhadamente, o intramuros, pode-se admitir como francamente representativa do conjunto do espaço urbano.

O MRB tem a qualidade de conjugar as representações regulares do edificado das ruas e praças com o pormenor de outros elementos identificadores e de referência. Nele figuram também alguns dos principais equipamentos colectivos, instituições civis e religiosas; as infra-estruturas defensivas, os principais acessos (estradas, pontes, portas da muralha), os locais de abastecimento de água; os pontos marcantes, religiosos e profanos; espaço público e privado livre de construções, como os jardins; apontamentos físicos, como as orientações básicas, o rio, a vegetação e, menos evidente, os efeitos de alguma topografia mais acidentada. Mas é igualmente possível vislumbrar a toponímia, as referências ao edificado arruinado, a delimitação de novos loteamentos, e outros pormenores passíveis de descortinar.

Contudo, para além do valor polissémico da imagem propriamente dita, o plano cadastral que nos mobiliza permite acentuar a importância do valor relacional do MRB com os *Índices dos Prazos do Cabido* (IPC), com quem justifica repartidamente a finalidade da sua concepção. Os IPC constituem-se em quatro volumes que registam os elementos fundamentais do vasto acervo documental dos foros eclesiásticos, neste caso, o registo da *enfiteuse* urbana do Cabido. O seu espectro temporal é, porém, bem mais lato e dinâmico do que o MRB, já que, tendo sido realizados no âmbito de um grandioso processo de

reorganização do cartório da Mesa Capitular, estes estendem-se num período que medeia os anos de 1406, projectando-se para lá da sincronia do MRB, até ao ano de 1905. De algum modo, este longo espaço de tempo ajuda-nos a compreender melhor, não só o potencial de registo de memória da corporação, que é capaz de alcançar o início do século XV, como, curiosamente, demonstra a eficácia instrumental do processo, que sobrevive até ao princípio do século XX. Isto é, uma operação cadastral de base urbana, cujo suporte gráfico sustenta o esforço de localização referente a um período de registo de 500 anos.

Para melhor avaliar o alcance e a extensão do processo de reorganização capitular em causa é importante que tomemos consciência que o trabalho em causa se alargou aos domínios rurais do Cabido e à reinventariação dos diversos bens e privilégios que a corporação detinha, reunindo assim um conjunto composto por catorze livros, como os *índices das gavetas*, das *sentenças*, e outros vários registos. De facto, os IPC constituem um verdadeiro *index*, decorrente de um profundo trabalho reorganizativo que ocorreu num momento crítico das relações entre a corporação e o seu príncipe, o Arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), aquando da fase que sucedeu a um longo período de vacância na Sé de Braga.

Do ponto vista instrumental a informação dos IPC, cruzada com o MRB, configura a presente operação cadastral do Cabido como uma obra tecnicamente conseguida. Superando a principal limitação dos cadastros da época, isto é relacionar a informação fiscal-administrativa com a geográfica, o presente conjunto surge-nos como que apoiado num verdadeiro sistema de informação geográfica do iluminismo. Já que faz o cruzamento da informação que contém as datas de celebração dos contratos enfitêuticos aí registados (renovações e transferências; os nomes dos *enfiteutas* e *subenfiteutas*; seus cônjugues; inúmeras vezes, a sua profissão, ofício, ou posição social; o tipo e os montantes das rendas, os géneros de pagamento; os complementos, como *laudémios* e pensões, bem ainda, como diversas outras informações tidas por significativas) com a representação visual, identificativa das localizações (através da toponímia e de um número de *petit-pé* debaixo que cada alçado de casa foreira ao Cabido) e das confrontações aferidas em *varas*, *palmos*, e *meio-palmo*. Em síntese, tratam-se de 2614 *prazos* ou *subemprazamentos* (*foros* ou *subaforamentos*) que vislumbramos através dos índices, e que nos permitem relacionar com as mais de 1500 casas, de um universo de representação visual extensível aos 2500 fogos.

A dimensão cartográfica do *Mappa*

Autodefinido como sendo um *livro de ruas*, os fólhos do MRB desdobram-se como páginas de um livro, que está formatado pelas fiadas de alçados das *casas* desenhadas e que se organiza em função de cada um dos espaços viários (ruas e alçados das praças), tendo o edificado sido ordenado sob um esquema linear levantado à escala. Não se trata, porém, de uma representação sofisticada de aplicação geométrica, já que a margem de variação detectada, embora mínima, lhe retira a uniformidade de cálculo, que sabemos era profusamente praticada nos trabalhos cartográficos da época. Todavia, a estrutura de

“enchimento” das casas e o emprego das medições entre as linhas de empeno, demonstram claramente a preocupação de regularidade e proporcionalidade de representação dos elementos.

De facto, reconhecendo, entretanto, que o problema de escala no MRB repousa melhor sobre um critério expedito do que no efeito de ocultação de alguma mestria, a relação com as medidas em varas¹⁴, apontadas nas réguas das frentes de rua entre as linhas de empeno, bem como rigor empregue no registo do vão entre pisos do edificado, permitiu-nos estimar uma escala aproximada, na ordem dos 1:268¹⁵.

Dir-se-ia que o MRP, não podendo ser considerado como uma obra propriamente erudita, reflecte bem o empenho, ainda que por recurso a uma mestria artesanal, de um esforço rigoroso, revelador das capacidades individuais de quem a executou.

A visão de conjunto e de um relance só que a cartografia convencional proporciona surge aqui compensada pela ilustração bidimensional das fachadas das construções, denotando um fim que tende a valorizar essa expressão em detrimento da confrontação em profundidade dos prédios. Recorde-se, a propósito, que a generalidade da cartografia urbana da época, grande parte dela com finalidades privilegiadamente militares, subestimava também o detalhe da configuração da traseira das parcelas, surgindo aos nossos olhos definidas somente por conjuntos de massas edificadas.

Perante este modelo podemos pois reconhecer a preocupação do seu autor em corresponder à satisfação de uma encomenda específica, no mesmo sentido em que notou Pereira de Oliveira (1991), por se querer demonstrar que o valor da casa, patente ao nível da largueza do alçado e da vetustez do edifício, dispensava, por menor importância de valor, a expressão da forma e extensão do solo.

Por outro lado, o modelo cenográfico que caracteriza o MRB ignora a representação dos espaços públicos e de circulação, exibindo-se apenas o património edificado isolado dos demais contextos, aparecendo como que suspenso num fundo neutro, tido por irrelevante ao seu uso.

A vocação locativa e figurativa permitia ao seu consultor, ou agente cadastral, sem dificuldades, localizar qualquer dos bens capitulares referenciados e assim confrontar dúvidas, litígios, avaliações, rendas, novos averbamentos, transacções, obras, estado de conservação, enfim, de gerir de uma forma dinâmica o património urbano do Cabido.

Para além do arcaísmo que a sua concepção nos pode fazer considerar, este espécime é, como já o afirmámos, *uma originalidade que não desmente o seu tempo*. Certamente, com finalidades diversas, podemos encontrar exemplos que denotam preocupações comuns nos termos do desenho e da representação, como sejam, desde logo, por próximo na data e no motivo, o caso do *Mappa da Cidade de Braga Primas*, de André Soares, coevo da fonte em análise; bem ainda, pela sua grandeza e antecedência, os casos sobejamente divulgados, do *Plano de Madrid* (1656), do português Pedro Teixeira

¹⁴ - 1 vara corresponde a cerca de 1,10 metros

¹⁵ - Trata-se de um valor médio que, ainda assim, não escamoteia uma variabilidade no terreno de cerca de 1,5 metros de margem de erro.

Albernaz; ou do *Plano Turgot* de Paris, realizado por Bretez (1734/39), que ainda assim, não prescindiram de oferecer a visão das cidades no seu conjunto.

Também numa perspectiva de uma semiologia cartográfica poderá a análise de MRB suscitar outras abordagens mais subtis, como a que poderemos inferir da sequencialização das ruas descritas. Iniciando-se pela *rua do Campo*, Nº1, a sucessão dos restantes topónimos submetida a uma trajectória em espiral de feição centrífuga que relega para o final os extensos acessos viários que prolongam a cidade na periferia. Mais do que utilidade prática de manuseamento de *Mappa*, é possível detectar a expressão de uma *consciência territorial*, digna de um espécime cartográfico.

Uma finalidade cadastral de susceptibilidade cartográfica

Tal como vem anunciado na *cartela* da folha de de rosto, “para que diante dos olhos de todos os cidadãos se encontrassem e, entre outros, a dedo indicassem [os bens] por enfiteuse pertencentes à Mesa Capitular”, a vocação instrumental do MRB parece inequívoca. Na verdade, estamos convictos que o MRB obedece, sobretudo, a uma finalidade cadastral, porque enuncia a ideia que acima já referimos, de pretender suportar “uma estatística ou inventário de toda a riqueza imóvel [terras, edifícios, etc.] de um território previamente determinado” (Segura i Mas, 1988, p. 18), tendo por motivação, neste caso, a gestão, administração e fiscalização da enfiteuse urbana do Cabido.

De facto, a facilidade de relacionar a localização e a configuração do património (o território), com o conteúdo social, económico-financeiro e fiscal dos inventários desse mesmo património (o uso) (BANDEIRA, 2011), favorece um conhecimento sempre actualizado, e actualizável, do potencial económico-financeiro dos foros urbanos.

A concepção do MRB permite-lhe, pois, incorporar dinamicamente a complexidade crescente do próprio processo enfiteutico, como a *subenfiteuse*, as sucessões dos foros, os *escambos*, a transmissão de *vidas*, processo este, aliás, que acompanha a complexidade, também ela crescente, da vida urbana.

Pela análise da documentação cadastral patente no cruzamento do MRB com os IPC, podemos reconhecer no Cabido da Sé de Braga o principal proprietário urbano. Investigações complementares junto de outros fundos documentais permitiram-nos, entretanto, avaliar que este repartia o seu domínio com um grupo restrito de instituições da cidade, designadamente, a Mitra Primacial, o Senado da Câmara (principal senhorio do casario adossado à face exterior da muralha medieval), e as demais instituições corporativas de vocação assistencial, como sejam as irmandades e confrarias, os conventos, a misericórdia e o hospital.

Esta realidade permite-nos desenvolver inúmeros estudos de história urbana, e muito particularmente promover o desenvolvimento de cartografia temática histórica sobre a cidade de Braga.

Entre diversas observações resultantes da pesquisa cruzada da informação contida nas fontes procedemos ao levantamento de diversas plantas temáticas explorando a informação contida nos IPC relativamente aos 2536 *fogos* inventariados. É certo, que não se tratam de variáveis absolutamente

contínuas e que o próprio processo cadastral, até pelo tempo que perdurou, reflecte as alterações dos modos de o fazer. Tivemos já a oportunidade de explicar em anterior trabalho as contingências e as soluções metodológicas que adoptámos para chegar às conclusões que aqui revisitamos¹⁶.

Começamos pois pelo enfoque morfológico do espaço urbano. Ao todo foi possível reunir cerca de 2650 medições levantadas que contabilizam uma extensão de cerca de 20 quilómetros. Por exemplo, foi possível quantificar diversas realidades que exprimem a dicotomia intra/extramuros, como a média de extensão das vias situadas fora de muros constituir quase o dobro das ruas centrais, ou, também, no que toca ao número das “casas”. Veja-se igualmente o tipo de comparações, no plano da anterior dicotomia intra/extra, relativo ao espaçamento médio frontal das construções/lotes, também ele maior internamente do que no seu oposto externo, respectivamente de 7,3 e 6,2 varas.

A cidade exterior representava já 71,4% do conjunto mencionado, embora também se sublinhe que as omissões foram aí mais extensas. O intramuros está praticamente todo ele representado, com excepção do complexo da catedralício e do sector dominado pelo Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas.

Por seu turno, os longos acessos que, então, transformavam as estradas em ruas urbanas, e por onde crescia a cidade de forma radial, penetrando em pleno ambiente rural, constituíam, pela análise dos registos enfiteúticos segmentos de demarcação entre senhorios. O pragmatismo do MRB chegou mesmo a confirmá-lo, por omitir as alas das ruas que não eram propriedade do Cabido. De facto, os espaços pertencentes a outras instituições, particularmente as religiosas, quedaram-se à margem do levantamento promovido pela mesa capitular. Isto é, não mereciam expectativa de virem a ser incorporáveis.

Ainda no plano da morfologia urbana, o MRB permite-nos reconstituir uma fisionomia da cidade, que sabemos é *de silhueta homogénea baixa, somente contrariada pelos campanários das igrejas e os mirantes dos conventos* (BANDEIRA, 2000). Não encontramos mais de 4 pisos (1,6%) e o que predomina mesmo são as casas com 2 pisos. A elevação máxima dos edifícios registados atinge os quatro pisos, significando apenas 1,6%, por confronto aos 53% das “casas” com apenas dois pisos. Por síntese, temos como tipologia dominante de alçado, um edifício com uma frente de cerca de 6 varas e 3 palmos, para uma elevação de 2 pisos.

Por comparação, a Barcelona de 1716, ainda *pouco saturada e com baixa densidade*, 35% das casas eram então constituídas por dois pisos, enquanto Gerona contava com 90% (TATJER MIR, 1988, p. 167).

A informação cadastral contida na operação conjunta que reúne os IPC e o MRB permite-nos desenvolver a uma verdadeira geografia urbana da cidade setecentista. A indagação da organização funcional decorre na medida em que podemos reconstituir as dinâmicas sociais e económicas a partir das citadas fontes. Os modelos cartográficos que realizámos¹⁷ exploram pois o inventário da relação enfiteútica, permitindo-nos elaborar diversa cartografia temática, da qual, por exemplo, foi possível identificar uma hierarquia dos espaços viários. Ou seja, distinguir as ruas principais das secundárias, detectar serventias traseiras, acessos informais e outras distinções de acessos.

¹⁶ - Bandeira, M. (2000) O Espaço Urbano de Braga... *opus cit*

¹⁷ - Bandeira, M. (1993). O Espaço Urbano de Braga em Meados do Século XVIII..., Geografia, FLUP, *opus cit*

Dissemos já que o Cabido da Sé de Braga era o principal senhorio urbano de então, estando demonstrado que, dos 1561 identificáveis, no MRB 61,5% lhe pertenciam. A partir daqui constatamos diversas *nuanças*. Novamente a dualidade intra/extramuros, onde a dominialidade do Cabido reflectia o seu próprio ascendente e antiguidade. Saiba-se que cerca de $\frac{1}{4}$ do senhorio localizava-se intramuros, mas também a omissão de representação na fonte era maior no exterior. Também a relação enfiteutica directa correspondia praticamente ao pleno no interior, enquanto fora, $\frac{2}{3}$ da enfiteuse total predominava já o subaforamento dependente das “cabeças de casal”, ou seja, o que de mais próximo poderia hoje parecer com o subarrendamento. No fundo, a imagem final de uma cidade ainda muito dependente do complemento e da proximidade do mundo rural.

Através dos IPC podemos igual modo ensaiar a reconstituição de algumas estruturas sócio-económicas, como seja a distribuição das actividades e a condição social e sócio-profissional dos bracarenses. Trata-se, contudo, de uma informação, nem sempre sistemática, mas suficientemente representativa para avaliarmos as principais características da sociedade bracarense de meados de setecentos. Nesse sentido foi possível reunir mais de uma centena de profissões, posições/funções e estratos e sociais diversos, para a primeira metade do século XVIII, que foram classificados de acordo com os critérios referenciados a V. M. Godinho (1975, p.106). Isolado, pela sua complexidade, o denominado sector “terciário de Antigo Regime”, distinguiu-se a participação dos clérigos e a nobreza/personalidades ilustres, respectivamente, com 19% e 7,5% da participação enfiteutica, fica o sector *terciário* remanescente com pouco mais de $\frac{1}{4}$ do conjunto total da enfiteuse. Confirmando-se assim, a capital do *Primaz das Hespanhas*, como um dos mais poderosos senhorios eclesiásticos do reino.

Os clérigos, por sua vez, evidenciam a sua própria diversidade interna, pelo que detectamos importantes diferenças sociais. Enquanto as altas dignidades compreendiam $\frac{1}{3}$ dos contratos enfiteuticos, o clero comum, que se localizava preferencialmente fora de portas, tal como a nobreza, embora por diferentes razões, detinha uma menor posição. A iniciativa foreira do sector *terciário* era então dominada pelos *letrados* (profissões liberais, administração e justiça), seguidos dos homens de negócio.

A maior frequência contratual, ainda que sob o modo de subemprazamentos estava localizada extramuros (84%), e vem a ser protagonizada pelo sector manufactureiro e o denominado “estado do meio” (artistas e comercial/manufactureiro), com 45,5% dos contratos. Neste âmbito, a cartografia desta variável permite-nos ainda identificar alguns agrupamentos corporativos, como a concentração de ourives no centro da cidade e, mais indefinida, a dos sapateiros. De notar que os sombreireiros arrecadavam $\frac{1}{3}$ da enfiteuse do sector *secundário*, curiosamente toda ela no exterior da cidade murada. Por fim, um nota final para referir o carácter residual (1,45%) da iniciativa foreira urbana ligada às actividades rurais, salvaguardando, contudo, que a operação em causa dedicou um registo aparte para o senhorio rural do Cabido.

Finalmente, por ser próprio de uma operação cadastral, a informação financeira existente permite-nos igualmente tecer uma vasta teia de relações económicas do Cabido com a sociedade bracarense de então. Desde logo, sendo este corpo, *numeroso, poderoso e oneroso*, necessitava de grande liquidez

numerária para desenvolver as suas actividades e satisfazer os privilégios dos seus membros. A Igreja bracarense de Antigo Regime promovia aquilo que já lhe chamaram uma verdadeira “indústria do culto”, consequência directa da importância e ostentação da liturgia barroca local. Para isso releve-se a existência de diversas artes e ofícios, que, directa, ou indirectamente, estavam ligados a esta mundividência. Vejam-se as actividades ligadas ao vestuário, as livrarias, as sedas, os sinos, velas, paramentaria, as diversas artes, músicos, a variedade de artes decorativas (talha, santeiros, escultores), bem como outros ofícios que mostravam a importância da poderosa igreja bracarense na economia da cidade e da região envolvente.

É um facto, porém, segundo J. V. Capela (1990, II, p. 434), que os réditos urbanos das casas não representavam mais do que uma ínfima percentagem dos rendimentos capitulares, 0,6% em 1750. Mas a dignidade, o prestígio, e a afirmação que representou o processo de reorganização, no qual se integra o presente operação cadastral, justificou o empenho e a exaustão que os presentes documentos revelam. Mais do que simbólico, pela expressão da afirmação do poder secular do Cabido da Sé, a operação cadastral conjugada de diversos documentos, dos quais destacamos o MRB e os IPC, contribuíram para regularizar o caos das contas, dos registos, e da necessidade de reorganizar o sistema geral de controlo. O plano urbano da cidade surge-nos assim enriquecido por todo um conjunto de informação sistemática cartografável, desde logo resultante do enorme esforço cadastral patente nos documentos que aqui tivemos oportunidade de analisar.

Referências bibliográficas

ALEGRIA, Maria Fernanda e Garcia. João Carlos. Etapas da Evolução da Cartografia Portuguesa (Séculos XV a XIX)". *in* La Cartografia de la Península Ibérica e la sua Extensió al Continent Americá. Barcelona. Institut Cartogràfic di Catalunya. 227-279. 1991

ARAÚJO, António de Sousa. Braga no Século XVIII. Para o Estudo do Mapa das Ruas. Itinerarium. Rev. Quadrim. de Cultura. Braga. ano 37-91.nº140. Franciscanos de Portugal. 249-317. 1991

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo. A complexa relação entre as primeiras operações cadastrais e a cartografia urbana de meados do século XVIII: desde o caso do “Mappa das Ruas de Braga” de 1750 I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica – Passado presente nos velhos mapas: Paraty, 10 a 13 de Maio de 2011

- O Espaço Urbano de Braga em meados do século XVIII. Edições Afrontamento. Cidade em Questão/11. Porto. 2000

- O Espaço Urbano de Braga em meados do século XVIII – A cidade *Reconstituída* a partir do *Mappa das Ruas de Braga* e dos *Índices dos Prazos das Casas* do Cabido – Revista da Faculdade de Letras, Geografia I Série, Volume IX, Porto 1993, pp101-223

- BERNARDINO, Teresa. Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810). Temas Portugueses. Lisboa. INCM. 238. 1986
- BRANCO, Rui Miguel C. Da Carta Topographica do Reino à Carta Chorographica do Reino – Políticas e Modelos Cartográficos em Portugal (1788-1852), *Penélope*, Nº26, 2002, pp.31-59
- CALLAHAN, William J. Iglesia, Poder y Sociedad en España. 1750-1874. Madrid. Nerea. 314. 1989
- CALVO ALONSO, Carlos. El Catastro de Enseñada. Proyecto de única contribución en la Corona de Castilla in *El Catastro en España - 1714-1906. (2º Vol.)*. Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación tributária. Ministério de Economia y Hacienda. 89-111. 1988
- CAPEL SANZ, Horacio. Geografía y matemáticas en la España del siglo XVIII. Barcelona. Oikos Tan, 1982, 389 pp
- CAPELA, José V. As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758 – A construção do Imaginário minhoto setecentista. Braga, Dezembro de 2003
- Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos. Dízimas e direitos paroquiais no Arcebispado de Braga nos fins do Antigo Regime. *Actas, IX Cent. da Dedic. da Sé de Braga*. Braga. Vol. II/2. Univ Cat. Port. Fac. Teo. Brag. Cab.M.P.Brag. 421-488. 1990
 - Os Votos de Santiago no Arcebispado de Braga, Para o Estudo das Rendas Eclesiásticas Durante o Antigo Regime. *O Distrito de Braga*. Braga. Vol.IV.2ªSérie. VIII. Governo Civil de Braga. 123. 1979
 - O Município de Braga de 1750 a 1834, O Governo e a Administração Económica e Financeira. *Bracara Augusta*. Braga. Vol.XLI. Nºs 91/92. Ano 1988/89. Câmara Municipal de Braga. 390. 1991
- CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. 1750. *Obras Completas*. Lisboa. Liv. Horizonte. 1985
- COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida. Origem da Enfiteuse no Direito Português. Coimbra. Coimbra Editora. 1957
- DAVEAU, Suzanne. História e Geografia. *Ler História*. Lisboa. 21. 1991. Edições Salamandra. 162-169. 1991
- Algumas Leituras para uma Exposição. Expo. A Pintura no Mundo -Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII. *Catálogo da Expo. c/ mesmo título*. Porto. Bibliot. Públic. Municip. do Porto. 111-20. 1992
- DIDEROT et D'ALEMBERT. L'Encyclopédie. Architecture, Recueil de Planches, sur les Sciences, les arts libéraux, et les arts mécaniques, avec leur explication. *Inter-livres*. Paris. Lescaret. 1986
- DURÃES, Margarida (1994). O Minho, no pensamento Geo-Histórico do Portugal moderno e contemporâneo - *Cadernos do Noroeste*". ISSN 0870-9874 0870-9874 . 7:2 (Nov.1994) 93-113
- FEIO, Alberto. Coisas Memoráveis de Braga, e outros textos. Braga. Univ. do Minho / Bibliot. Públic. de Braga. 154. 1984
- FERREIRA, J. Augusto. *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc.III - Séc. XX)* 4 Tom. Braga. *Mitra Bracarense*. 2241. 1928/35

- FIGUEROLA, Luis Carlos Garcia. La Economía Del Cabildo Salamantino del Siglo XVIII. Biblioteca de Castilha y Leon. Serie Historia 9. Salamanca. Universidad de Salamanca. 139. 1989
- GODINHO, Vitorino Magalhães. A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. Temas Portugueses. Lisboa. 2ª. Arcádia. 318. 1975
- HESPANHA, A. M. . As Vésperas do Leviathan. 2 Vol. Instituições e Poder Político. Portugal. Séc. XVII. Vol. I. Policopiado. 802. 1986
- História das Instituições, Épocas Medieval e Moderna. Coimbra. Livraria Almedina. 1982. 569
- KISH, George. Cartes, Globes et Arts Décoratifs. Une vue des Géographes. Acta Geographica. 3ª série N°66/86. 65-81. 1986
- MACEDO, Ana Maria da Costa. Família, sociedade e estratégias de Poder (1750-1830) - A família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cidade. Braga. Universidade do Minho. 348. 1992
- MONTEIRO, José A. Massano – Planificação e Execução de Cadastro Predial Rústico – Curso de Pós-graduação em SIG, Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Castelo Branco, Texto de Apoio às Aulas, Castelo Branco, Maio de 2006
- MUNFORD, Lewis. La Cité a Travers l` Histoire. Paris. Ed. du Seuil. 1964. 783
- MURO, José Ignácio; NADAL, Francesc; URTEAGA, Luis. Estadística y Catastro en España.1856-1870, Barcelona, Ed. Serbal, 1996, pp 77-82
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de. Evolução dos Espaços Urbanos. (Actas). Mestrado em Geografia Humana. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1991
- RODRIGUES, Ana Maria. Os Prazos do Cabido de Braga nos Séculos XIV e XV. Actas. Congr. Inter.IX Cent. Ded. Sé de Braga. Braga. Vol.III/I. A catedral... (séc.XII-XIX). Univ Cat. Port. Fac. Teo. Brag. Cab. M. P. Brag. 463-483. 1990
- SEGURA I MAS, Antoni. El Catastro en Europa in El Catastro en España - 1714-1906. (2º Vol.). Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación tributária. Ministério de Economía y Hacienda. 175-193. 1988
- SEGURA I MAS, Antoni. Introducción General. In: SEGURA I MAS, Antoni (Coord.). El Catastro en España. Barcelona: Centro Gestion Catastral y Cooperacion Tributaria. MEH. 1988. 17-21
- TATJER MIR, Mercè. La Contribución Territorial Urbana (1716 - 1906). in El Catastro en España - 1714-1906. (2º Vol.). Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación tributária. Ministério de Economía y Hacienda. 135-173. 1988
- TORRES MUÑOZ, Isidro. Catastro general parcelario y Mapa topográfico, Madrid, 1902:1, in SEGURA I MAS, Antoni. Introducción General...opus cit
- VASCONCELOS. Maria da Assunção. O Mapa das Ruas de Braga de 1750. Breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no Séc. XVIII"- . Forum. Braga. nº4. Out. Universidade do Minho. 91 - 101. 1988
- VAZ. A. Luis. O Cabido de Braga - 1071 a 1971. Factos Notáveis do País Ligados à sua História -. Braga. Edit. José Dias de Castro. 300. 1971

IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica
ISBN 978-972-8932-88-6

VVAA. Actas. IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Braga. III Vol. (4 tomos). Univ. Catól. Fac. Teol. Cabido Primac. 1990

WÖLFFLIN. H. Renacimiento y Barroco. Barcelona. Ed. Paidós Estetica/ 8. 163. 1986

Fontes

manuscritas

ADB. *Índices dos Prazos das Casas* (4 Volumes). 1749. ADB. Manuscrito (Cartório do Cabido)

ADB. *Mappa das Ruas de Braga*. Ricardo Rocha. 1750. ADB. Manuscrito (Cartório do Cabido).

ADB. *Memórias Particulares...* Inácio José Peixoto. 1790/1808. ADB-Ms.888. Manuscrito.

ADB. *Relatório do Estado da Igreja Bracarense..* Enviado a Santa Sé por D. José de Bragança em 1749.

D. José de Bragança. 1749. ADB-Coll. Chrono.. Manuscrito.

AMB. Senado da Câmara de Braga. *Tombo dos Prazos pertencentes ao Senado da Câmara....* 1771.

AMB. Manuscrito

BNL. *História Ecclesiástica e Política do Paiz Bracarense da Época do Século XVIII*. Anónimo. BNL-Códice nº682. Manuscrito.

BPB. *Braga Triunfante a Rel Eleição. e sempre Gloriosa Posse. que o Augustíssimo Príncipe. e Sereníssimo Senhor D. Joseph Pessoalmente Tomou do Arcebispado Primaz das Hespanhas em dia 23 de Julho do Presente Anno de 1741....* Manoel Joseph Correa Alvarenga. 1742. BPB. Manuscrito.

Impressas

Mapa das Ruas de Braga - Vols. I e II. Braga. ADB/UM/IBM-Portg. 1989/91.

Memórias de Braga - de Bernardino José de Senna Freitas -. Braga. Vol. I. 1890. BPB/UM

Electrónicas

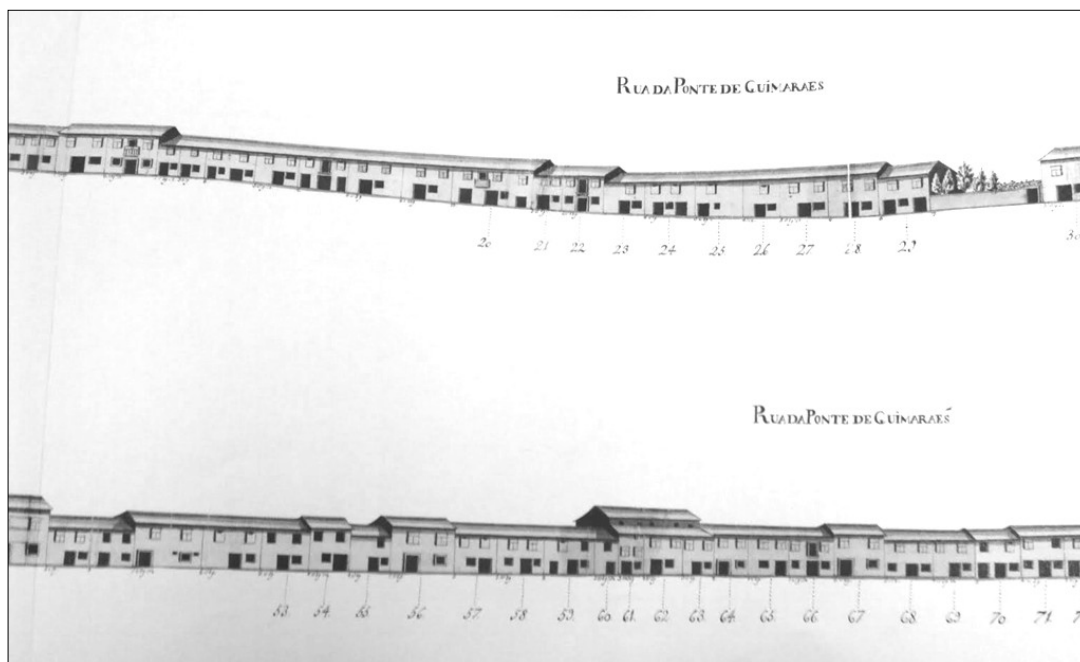
<<https://woc.uc.pt/matematica/getFile.do?tipo=2&id=4984>>, Universidade de Coimbra, Portugal, 19/IX/2011

Cartografia/iconografia

BRAUN. Georg (atribuído). *nova BRACARAE AUGUSTE defcriptio*. ICONOGRAFIA. 1594. Impresso (cop.).

CRUZ. Joaquim Pereira da (eng.). Planta da Cidade de Braga. Arq.Obr. da CMB - Cota desconhecida. 1/2 000. 1868. Manuscrito.

GARCEZ. Belchior José e Maciel; Miguel Baptista. Planta da Cidade de Braga. IIGC-29-Cartas Antigas da Mapoteca. 6.4.3.-385. 1/4 000. 18. Impresso.



Rua da Ponte de Guimarães – MRB (1750), ADB/UM



Propriedade urbana do Cabido no “Bairro das Travessas” – REUB, Bandeira, 2000